

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Pavimentação de Vias Urbanas nos Bairros Heliolândia e Portelinha, com Extensão de 5.825M, no Município de Castanhal/PA conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, referente ao Processo Administrativo autuado sob o nº 0906001/2026.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como Obra de Engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. A elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC) tem como finalidade alinhar as propostas de aquisições, obras e serviços apresentados pelas secretarias municipais e ordenadores de despesa às necessidades reais da administração pública. Além disso, o PAC permite identificar oportunidades de economia, racionalização de recursos e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, contribuindo para uma gestão mais eficiente, planejada e orientada por resultados.

2.3. A consolidação do plano fortalece a governança das contratações públicas e aprimora a gestão das aplicações dos recursos municipais, em conformidade com os princípios da transparência, eficiência e prestação de contas. Ao estruturar previamente as demandas, o PAC também possibilita a mitigação de riscos associados ao processo de compras governamentais, garantindo maior previsibilidade, segurança jurídica e aderência ao planejamento estratégico da gestão.

2.4. Ressalta-se que a inclusão deste objeto está sendo prevista no Plano Anual de Contratações – Exercício 2026, garantindo, assim, a devida compatibilidade com o planejamento institucional e com a programação anual do município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte cinco por cento) do valor total do contrato;

4.2. Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e atendidos os seguintes requisitos:

4.2.1. Informação prévia à fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;

4.2.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcial dos itens de relevância mencionados no tópico 8.33.3, conforme pormenorização no ETP:

4.2.2. Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do Edital e do Contrato, mediante apresentação da documentação pertinente à fiscalização.

4.3. A subcontratação deve ser avaliada à luz do artigo 122 da Lei nº 14.133, de 2021.

“Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.”

Exigência de Garantia da Proposta

4.4. A exigência de garantia da proposta encontra amparo no art. 58, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, sendo proposta de forma excepcional, porém devidamente justificada, diante de fatores concretos que recomendam a adoção de medidas de maior cautela e controle.

4.5. Visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Fiança bancária;
- Seguro-garantia.

Caução em dinheiro ou título de dívida pública: Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Castanhal. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. Banco Banpará: 037 Agência: 002 Conta: 115620-9.

Seguro-garantia: a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.

Fiança bancária: deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Castanhal, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 01: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos.

Obs. 02: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Obs. 03: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 04: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

Obs. 05: Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

Obs. 06: No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento, como condição para a validação da proposta

4.6. A pormenorização e respectivas justificativas de tal exigência encontram-se pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar.

Garantia da contratação

4.7. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.8. Nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO prestará garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento), a qual deverá ser apresentada no ato da assinatura do contrato, com objetivo de assegurar a fiel execução do objeto contratual.

4.9. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.10. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

4.10.1. Será assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, indicado pela Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAGE.

4.11. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.12. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.13. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico ou representante legal do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias úteis (da emissão da ordem de serviço);

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- **Vias do Bairro Heliolândia:**

- **Rua Santo Antônio** — Extensão: 698 m / Largura: 6,50 m. Início: P1 — Longitude 179161,947 / Latitude 9856431,811. Fim: P2 — Longitude 179225,932 / Latitude 9855736,221.
- **Rua Santa Helena** — Extensão: 862 m / Largura: 6,00 m. Início: P2 — Longitude 179095,911 / Latitude 9856423,299. Fim: P3 — Longitude 179183,178 / Latitude 9855564,777.
- **Rua Célia Manoel** — Extensão: 540 m / Largura: 7,00 m. Início: P3 — Longitude 178984,324 / Latitude 9855637,095. Fim: P4 — Longitude 178929,095 / Latitude 9856191,437.
- **Travessa Valentina** — Extensão: 326 m / Largura: 7,00 m. Início: P4 — Longitude 178853,603 / Latitude 9856183,582. Fim: P5 — Longitude 179178,797 / Latitude 9856215,001.
- **Travessa Sila Ramalho** — Extensão: 333 m / Largura: 6,50 m. Início: P5 — Longitude 178835,547 / Latitude 9856323,363. Fim: P6 — Longitude 179167,536 / Latitude 9856353,603.
- **Travessa Terezinha** — Extensão: 405 m / Largura: 6,50 m. Início: P6 — Longitude 179067,504 / Latitude 9856034,251. Fim: P7 — Longitude 179198,090 / Latitude 9856066,662.
- **Travessa Nossa Senhora Aparecida** — Extensão: 250 m / Largura: 6,00 m. Início: P7 — Longitude 178958,996 / Latitude 9855920,491. Fim: P8 — Longitude 179206,008 / Latitude 9855933,689.
- **Travessa Maria das Dores** — Extensão: 265 m / Largura: 5,50 m. Início: P8 — Longitude 179222,952 / Latitude 9855794,200. Fim: P9 — Longitude 178966,796 / Latitude 9855803,088.
- **Rua 4 de Julho** — Extensão: 775 m / Largura: 6,60 m. Início: P9 — Longitude 179104,195 / Latitude 9855645,692. Fim: P10 — Longitude 179033,774 / Latitude 9856418,398.
- **Travessa Oládio** — Extensão: 244 m / Largura: 7,00 m. Início: P10 — Longitude 179225,132 / Latitude 9855729,779. Fim: P11 — Longitude 178980,991 / Latitude 9855718,796.
- **Avenida dos Inconfidentes** — Extensão: 197 m / Largura: 7,00 m. Início: P11 — Longitude 179029,805 / Latitude 9856415,813. Fim: P12 — Longitude 178832,965 / Latitude 9856406,165.
- **Rua Dr. Emídio** — Extensão: 503 m / Largura: 6,00 m. Início: P12 — Longitude 178996,760 / Latitude 9856142,113. Fim: P13 — Longitude 179042,229 / Latitude 9855641,135.
- **Vias do Bairro Portelinha:**
 - **Rua Nossa Senhora de Nazaré (Portelinha)** — Extensão: 427 m / Largura: 7,00 m. Início: P14 — Longitude 176898,669 / Latitude 9854525,062. Fim: P15 — Longitude 176863,936 / Latitude 9854953,088.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: A contratada deverá cumprir a jornada mínima de 44 horas semanais, prestando os serviços das 08:00 às 17:00h, com intervalo de uma hora, e aos sábados das 08:00 h às 12h.

Em casos de atrasos na execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá redimensionar a carga horária trabalhada, ou aumentar o efetivo de forma a cumprir o cronograma previsto no prazo estimado pela CONTRATANTE.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. A proposta deverá:

Carta- Proposta endereçada à Comissão de Licitações em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço completo, número da Licitação, relacionando ainda, os seguintes itens:

- a) Preço Global em valor numérico e por extenso, observando a Planilha Orçamentária;
- b) Prazo de execução dos serviços;
- c) Prazo de validade da Proposta, no mínimo de 90 (noventa) dias;
- d) Dados Bancários para pagamento;
- e) **Declaração explícita do prazo de garantia integral dos serviços**, que deverá ser no **mínimo de 5 (cinco) anos**, na forma do Novo Código Civil, durante o qual a licitante se compromete em solucionar os problemas decorrentes de falhas ou inadequações do serviço, num prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da comunicação formal da (**Secretaria de Planejamento e Gestão**), na forma do art. 119 combinados com o art. 140, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.
- f) Assinada por seu representante legal ou por procurador;
- g) Informar se a empresa é optante do simples nacional ou não;
- h) Caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional, poderá ser solicitado em caráter de diligência, se necessário para melhor análise da proposta, o extrato do Simples Nacional referente aos últimos 12 (doze) meses.

Planilha Orçamentária, constando:

- a) Item, unidade, quantitativos de preço unitário e preço total;
- b) Discriminação clara dos serviços a serem executados;
- c) Deverão estar incluídos no preço máximo: dissídios coletivos, seguros em geral, encargos de legislação social, trabalhista, previdenciária, infortúnio do trabalho, hospedagem, locomoções, tributos, administração, lucro e quaisquer outras despesas necessárias não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais à execução do objeto.
- d) Os preços unitários de materiais e serviços utilizados não poderão ser superiores e nem zerados daqueles constantes na **Planilha Orçamentária** – Anexo do edital.
- e) A data-base da planilha orçamentária apresentada na proposta deverá ser compatível com a data-base do orçamento estimado pela Administração, de modo a assegurar a coerência dos valores e a adequada comparação entre as composições de custos.
- f) A fórmula dos valores unitários deve ser truncada em duas casas decimais. A planilha editável deverá apresentar fórmulas (exemplo [=TRUNCAR((F6*H6);2)]).
- g) Curva ABC de insumos.

Cronograma Físico-Financeiro, que deverá conter:

- a) Distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução;
- b) Valores da etapa de execução ao longo do tempo;
- c) Acumulado mensal e acumulado geral.

OBS: O cronograma físico-financeiro apresentado na proposta deve ser compatível com o cronograma físico-financeiro elaborado pela Administração, respeitando as etapas, prazos e limites orçamentários definidos (desembolso).

Composição da Taxa de Encargos Sociais, de acordo com regime vigente e conforme tributação da empresa;

Composição da Taxa de B.D.I., de acordo com regime vigente e conforme tributação da empresa;

Composição de Preços Unitários (para cada item da planilha orçamentária), de acordo com regime vigente e conforme tributação da empresa;

OBS: O QUE É CPU: é a sigla de **Composição Preço Unitário**, ou seja, é a montagem do custo de cada serviço do **serviço de engenharia** por uma unidade básica. Tudo que será gasto para executar o serviço de cada item.

5.5.2. Os Licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar minuciosamente toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, junto a Administração todas as dúvidas sobre detalhes construtivos, materiais a serem aplicados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo dos preços propostos, uma vez que após a assinatura do contrato e emitida a ordem de serviço não serão permitidas alterações no escopo contratado.

5.5.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e projetos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o Contratado cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços.

5.5.4. Quaisquer dos serviços mencionados presentes nas especificações e não incluídos nos desenhos de execução dos projetos, ou vice-versa, terão a mesma significação como se figurassem em ambos, sendo a sua execução obrigatória e de responsabilidade do Contratado.

5.5.5. Em caso de divergência entre desenho de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala (os de menor denominador). Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras, sempre consultada a Fiscalização.

5.5.6. Em caso de divergência entre o material técnico (desenhos técnicos e especificações) e a planilha orçamentária, prevalecerá a planilha.

5.5.7. Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa da Fiscalização.

5.5.8. Todas as modificações e ajustes necessários, durante a execução dos serviços, deverão ser encaminhados para análise e autorização expressa da Fiscalização.

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. (Art. 140, § 6º da Lei 14.133/2021).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato para que a contratante possa fazer todas as tratativas referentes a execução dos serviços.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.)

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis;

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor financeiro para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição, para aferição dos serviços executados e da qualidade da prestação dos serviços, considerando os seguintes critérios:

a) as memórias de cálculo elaboradas, assinadas e emitidas pela contratada, deverão ser mensais (de acordo com o cronograma físico financeiro), com exceção da primeira e da última que poderão ter periodicidade inferior a um mês-calendário. A primeira, elaborada a partir da emissão da ordem de serviço, sendo fechada no último dia do mês, e a última, que deverá ser elaborada logo após a conclusão dos serviços;

b) a liberação da 1ª medição será condicionada à entrega pelo contratado do Registro do Contrato e ART junto ao CREA-PA, bem como da Matrícula CEI junto ao INSS;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização da medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

a) unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

b) produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

c) indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

d) a nota fiscal de serviços acompanhada do respectivo Boletim de Medição (aferido), deve ser emitida e entregue na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, para fins de processamento e envio para pagamento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a emissão do Boletim de Medição aferido pela fiscalização;

e) O pagamento da nota fiscal de serviços será feito através de depósito ou transferência bancária, em conta a ser indicada pela Contratada, no máximo até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota Fiscal pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. A fatura será emitida de acordo com o Boletim de Medição aferido pela fiscalização da Prefeitura Municipal De Castanhal;

f) Quando a nota fiscal de serviços apresentar elemento que a invalide, esta deverá ser substituída pela Contratada e o prazo para pagamento será contado a partir da apresentação da nova nota em condições satisfatórias;

g) Não será aceita nota fiscal de serviços com o número do CNPJ diferente do apresentado pela empresa na licitação;

h) Não serão aceitas cobranças de Título através do sistema bancário ou negociados com terceiros;

7.5. Em cada medição deverá ser apresentado a Solicitação de Medição, Boletim de Medição (Excel e PDF), Relatório Fotográfico e Diário de Ocorrência (Diário de Obra), todos em meio digital e impresso em 2 (duas) vias, originais, assinados e datados.

7.6. O Boletim de Medição, Relatório Fotográfico e Diário de Obra seguem um padrão pré-estabelecido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão e devem ser solicitados junto a mesma;

7.7. Registrar obrigatoriamente no Diário de Ocorrências (Diário de Obra):

- a. As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- b. As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;
- c. As consultas à fiscalização;
- d. As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- e. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- f. As respostas às interpelações da fiscalização;
- g. A eventual escassez de material que resulte em dificuldade para a obra ou serviço;
- h. Outros fatos que, a juízo do contratado, deve ser objeto de registro;
- i. Nome do Objeto firmado em Contrato;
- j. Número do Convênio (caso o objeto seja decorrente de celebração de Convênio);
- k. Número do Contrato;
- l. Número e modalidade da Licitação;
- m. Objeto do Convênio (caso o objeto seja decorrente de celebração de Convênio);
- n. Identificação da Concedente (Prefeitura Municipal de Castanhal);
- o. Identificação da Empresa (logo e CNPJ da empresa);
- p. Período de Medição.

Do recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.9. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O gestor do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todas as análises de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital, Projetos e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.24.1. o prazo de validade;

7.24.2. a data da emissão;

7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.24.5. o valor a pagar; e

7.24.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante a documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.28. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Prazo de pagamento.

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRENCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional dos sócios ou proprietários da licitante participante do certame;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (ANEXO I)

8.20. Declaração de cumprimento do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/21. (ANEXO II)

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

A empresa deverá apresentar:

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.

8.24. Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

8.25. Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício **no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.**

8.26. Os documentos referidos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

- a. **Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício:** Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.
- b. **Nota explicativa:** A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço
- c. **Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura,** onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;
- d. **DMPL ou DLPA:** Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.
- e. **Certificado de Habilitação Profissional – CHP** (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;
- f. As **empresas criadas no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- g. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- h. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

- i. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;
- j. **No caso de sociedade anônima**, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;
- k. A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;

Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**), e Solvência Geral (**SG**) superiores ou igual a 1 (um);

Os índices serão calculados da seguinte forma (ANEXO III):

BALANÇO PATRIMONIAL:

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

Índice de Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PC + EX. LG\ PRAZO}$$

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$LG \geq 1,0$

$LC \geq 1,0$

$SG \geq 1,0$

8.27. Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

- a. Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- b. Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado art. 1.179, Lei 10.406/02 e art. 177 da Lei nº 6.404/76;
- c. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Resolução CFC nº 1.637/2021

Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.

§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (...)

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

DECLARAÇÕES FINANCEIRAS POR MEIO DO SPED:

Obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU) no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- a. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo SPED;
- b. Balanço Patrimonial impresso em modo SPED;
- c. Declaração de capacidade financeira impresso em modo SPED ou modelo Anexo XII, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- d. Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo SPED;

- e. Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo SPED;
- f. Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo SPED;
- g. Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo SPED;
- h. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- i. Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;

A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:

- 1) Os saldos no início do período;
- 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
- 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
- 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
- 5) A redução de capital;
- 6) As destinações do lucro líquido do período;
- 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
- 8) O resultado líquido do período;
- 9) As compensações de prejuízos;
- 10) Os lucros distribuídos;
- 11) Os saldos no final do período.

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A licitante deverá apresentar relação dos compromissos assumidos (modelo em anexo) com a iniciativa privada e Administração Pública que possam importar em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas já executadas dos contratos firmados, nos termos do art. 69, §3º da Lei nº 14.133/2021, contendo no mínimo:

- objeto;
- órgão/empresa contratante;
- valor contratado;
- saldo contratual a executar;
- prazo de vigência;
- percentual executado;
- responsável técnico.

A Administração poderá avaliar o grau de comprometimento financeiro da licitante mediante

aplicação do Índice de Comprometimento Financeiro (ICF), calculado pela fórmula:

$$\text{ICF} = (\text{CEC} + \text{VNC}) / \text{PL}$$

Onde:

- CEC = Contratos em execução;
- VNC = Valor do novo contrato;
- PL = Patrimônio Líquido.

O índice de comprometimento financeiro da licitante deverá ser igual ou inferior ao limite definido pela Administração neste TR/Edital:

$$\text{ICF} \leq 1,5$$

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de compatibilidade financeira. A não comprovação da compatibilidade financeira poderá ensejar a inabilitação da licitante.

8.28. Declaração de ME ou EPP, para as empresas que estejam nesta condição e desejam se beneficiar da Lei Complementar nº 123/2006; (**ANEXO IV**).

a) As empresas que se enquadrem conforme a Lei Complementar nº 123/2006 e desejem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado nela previsto deverão apresentar declaração, assinada por representante legal da empresa e/ou por seu contador, declarando expressamente que:

- A empresa se encontra regularmente enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);
- Não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos no §4º do art. 3º da referida Lei;
- A receita bruta auferida no último ano-calendário encerrou-se dentro dos limites legais de enquadramento;
- No ano-calendário da realização da licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para EPP (R\$ 4.800.000,00);
- Tem ciência de que a falsidade das informações prestadas sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente, inclusive na Lei de Licitações, sem prejuízo das penalidades civis e criminais cabíveis.

a.1) A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

a.2) A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sem que haja o efetivo enquadramento, ensejará a aplicação das sanções previstas em lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão de licitação poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações constantes da declaração.

Qualificação Técnica

8.29. Registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas neste Termo de Referência, em plena validade, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais.

8.30. A qualificação técnica do licitante deve ser comprovada da seguinte maneira:

a) Capacidade técnico-operacional: Comprovação de que o licitante executou serviço/obra de características semelhantes ao objeto da licitação, considerando-se as parcelas de maior relevância e valor significativo e os quantitativos mínimos a seguir definidos.

b) A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA/CAU.

b.1) Poderá ser suprida pela apresentação da Certidão de Acervo Técnico - CAT referente ao Atestado expedida pelo Conselho profissional competente.

8.31. Declaração formal e relação explícita de que disporá de instalação/estrutura física, máquinas, equipamentos e pessoal técnico necessário para a execução do objeto, em cumprimento ao art. 67, inciso III da Lei 14.133/21. **(ANEXO V)**

8.32. Apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do responsável pela elaboração dos orçamentos das empresas participantes. A solicitação de tal documento tem como premissa fundamental assegurar a responsabilidade do profissional que realizou a elaboração da proposta através de meio específico estabelecido pelo Conselho de Classe da Categoria, conforme dispõe a Resolução 19.455, anexo I, item 12, C-II, do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), assim como afirma os artigos 2º e 3º da Resolução 1.025 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), sendo indispensável a sua elaboração e juntada aos autos.

Qualificação Técnico-Operacional

8.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.33. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.33.1. Deverá haver a comprovação dos itens de relevância na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.33.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento);

8.33.3. Itens de relevância:

- **No que tange ao valor global do objeto**

ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA AO VALOR GLOBAL				
Nº ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PESO (%)
3	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO			

3.1	Imprimação - execução com fornecimento de material	M²	37.734,5	6,15%
3.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	M³	1132,04	60,83%
4	INSTALAÇÃO DE MEIO-FIO			
4.1	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	M	11.650	18,04%
5	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL			
5.1	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M²	19.222,5	9,65%

Os itens serviços acima mencionados são de maior relevância no que tange valor significativo do objeto da licitação, haja vista corresponderem a cerca de 94,67% do valor global do objeto. Assim então, também consideradas os itens que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação” (art. 67, § 1º, Lei 14.133/2021).

Para os itens **3.1, 3.2 e 4.1** será exigido, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação de atestado que demonstre a execução anterior de quantitativo mínimo correspondente a 50% do quantitativo previsto na planilha orçamentária para o referido serviço.

Para o item **5.1 – Sinalização Horizontal**, será exigida, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação de atestado que demonstre a execução anterior de quantitativo mínimo correspondente a 10% do quantitativo previsto na planilha orçamentária para o referido serviço. A adoção do percentual de 10%, em vez de percentual mais elevado, justifica-se pela necessidade de preservar a competitividade do certame e evitar exigência excessivamente restritiva, considerando que a sinalização horizontal, embora seja serviço relevante para a segurança viária e para a adequada entrega da obra, possui menor complexidade operacional quando comparada à execução da pavimentação asfáltica propriamente dita.

8.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.35. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.36. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.37. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.39. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.40. A empresa participante deverá apresentar Declaração De Disponibilidade De Usina Ou Fornecimento Regular De Massa Asfáltica (modelo em anexo), informando que disporá, quando do início da execução contratual, de usina própria ou de fornecimento regular de concreto asfáltico usinado a quente por terceiro, com capacidade compatível com os quantitativos, prazos e especificações do objeto. A comprovação documental da usina fornecedora, incluindo documentos técnicos, licenças, autorizações, contratos ou compromissos de fornecimento, poderá ser exigida da contratada antes do início da execução dos serviços ou quando solicitado pela fiscalização.

8.41. A empresa participante deverá apresentar Declaração De Disponibilidade De Laboratório Ou Controle Tecnológico (modelo em anexo), informando que disponibilizará laboratório próprio, contratado ou conveniado, apto à realização dos ensaios de controle tecnológico necessários à execução da pavimentação asfáltica, conforme especificações do projeto, normas técnicas aplicáveis e orientações da fiscalização. O controle tecnológico deverá abranger, quando aplicável, ensaios relacionados ao cimento asfáltico de petróleo — CAP, agregados, mistura asfáltica, teor de ligante, granulometria, temperatura, compactação, densidade, estabilidade, resistência e demais verificações previstas nas normas técnicas pertinentes.

8.42. A empresa participante deverá apresentar Declaração De Observância Às Normas Técnicas Aplicáveis (modelo em anexo), informando que executará os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente a Norma DNIT 031/2024-ES, normas de controle tecnológico, normas de segurança do trabalho, normas ambientais e demais especificações constantes no projeto, planilha orçamentária, memorial descritivo e Termo de Referência.

8.43. A empresa deverá apresentar o Ensaio de Análise Granulométrica da mistura de agregados utilizada na composição do concreto asfáltico, comprovando sua compatibilidade com a Faixa C, nos termos da Tabela 1 – Faixas Granulométricas para Concreto Asfáltico, constante da Norma DNIT 031/2024-ES, devendo os resultados apresentados estar em conformidade com os parâmetros técnicos exigidos para a produção e execução da camada asfáltica.

Qualificação Técnico-Profissional

8.40. Apresentar profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

8.40.1. Para o serviço em questão será solicitado a comprovação de possuir o profissional abaixo descrito, legalmente habilitado:

Engenheiro Civil

ITENS DE MAIOR RELEVÂNCIA AO VALOR GLOBAL				
Nº ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PESO (%)

3	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO			
3.1	Imprimação - execução com fornecimento de material	M²	37.734,5	6,15%
3.2	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	M³	1132,04	60,83%
4	INSTALAÇÃO DE MEIO-FIO			
4.1	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	M	11.650	18,04%
5	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL			
5.1	PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRE OU ZEBRADA TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M²	19.222,5	9,65%

Os itens serviços acima mencionados são de maior relevância no que tange valor significativo do objeto da licitação, haja vista corresponderem a cerca de 94,67% do valor global do objeto. Assim então, também consideradas os itens que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação” (art. 67, § 1º, Lei 14.133/2021).

Para os itens **3.1, 3.2 e 4.1** será exigido, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação de atestado que demonstre a execução anterior de quantitativo mínimo correspondente a 50% do quantitativo previsto na planilha orçamentária para o referido serviço.

Para o item **5.1 – Sinalização Horizontal**, será exigida, para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a apresentação de atestado que demonstre a execução anterior de quantitativo mínimo correspondente a 10% do quantitativo previsto na planilha orçamentária para o referido serviço. A adoção do percentual de 10%, em vez de percentual mais elevado, justifica-se pela necessidade de preservar a competitividade do certame e evitar exigência excessivamente restritiva, considerando que a sinalização horizontal, embora seja serviço relevante para a segurança viária e para a adequada entrega da obra, possui menor complexidade operacional quando comparada à execução da pavimentação asfáltica propriamente dita.

8.41. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. ([§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.42. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico, conforme anexo XI.

8.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos **incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/2021** em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Declarações Complementares

8.45. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, § 1º da Lei 14.133/21. **(ANEXO VI)**.

8.46. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em cumprimento ao art. 67, inciso VI da Lei 14.133/21. **(ANEXO VII)**

8.47. Declaração de que atende os requisitos de habilitação e da veracidade dos documentos apresentados, conforme art. 63, inciso I da Lei 14.133/21. **(ANEXO VIII)**.

8.48. Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme art. 63, § 3º da Lei 14.133. **(ANEXO IX)**

8.49. Declaração de que a empresa não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; conforme art. 14, inciso IV da Lei 14.133/21. **(ANEXO X)**

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 8.481.806,92 (oito milhões e quatrocentos e oitenta e um mil e oitocentos e seis reais e noventa e dois centavos)** conforme custos unitários e totais apostos na planilha orçamentária.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Castanhal/PA.

Dotação Orçamentária:

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Assegurar que os serviços a serem realizados obedeçam aos memoriais descritivos, planilha orçamentária, projetos, normas e especificações técnicas inerentes aos serviços.

11.2. Fiscalizar o cumprimento do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Submeter-se à fiscalização exercida pela Prefeitura Municipal de Castanhal, por meio dos fiscais e gestores designados, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento da execução contratual.

12.2. Executar os serviços de pavimentação de vias urbanas em estrita conformidade com o projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, normas técnicas aplicáveis, orientações da fiscalização e demais documentos que integram o processo.

12.3. Manter equipe técnica habilitada e compatível com a natureza dos serviços durante toda a execução da obra, incluindo responsável técnico devidamente registrado no conselho profissional competente, mestre de obras, encarregados, operadores, motoristas e demais profissionais necessários à adequada execução dos serviços.

12.4. Substituir, quando solicitado pela fiscalização, qualquer membro da equipe técnica ou operacional cuja atuação seja considerada inadequada, insuficiente ou incompatível com a qualidade e segurança exigidas para a execução do objeto.

12.5. Definir e submeter previamente à fiscalização o planejamento de cada frente e/ou etapa de serviço a ser iniciada, inclusive quanto à mobilização, imprimação, aplicação de concreto asfáltico, execução de meio-fio e sarjeta, pintura de meio-fio e sinalização horizontal, ainda que a etapa anterior já tenha sido liberada.

12.6. Comunicar formalmente à Administração qualquer anormalidade, interferência, imprevisto técnico, condição climática adversa, alteração de campo ou situação que possa comprometer a execução, a qualidade, o prazo, a segurança ou a funcionalidade dos serviços.

12.7. Prestar pontualmente os esclarecimentos solicitados pela fiscalização, bem como apresentar relatórios, registros fotográficos, memórias de cálculo, controles de execução, ensaios, laudos e demais documentos técnicos necessários ao acompanhamento da obra.

12.8. Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro e nas ordens de serviço emitidas pela Administração, executando os serviços nos trechos, bairros e locais definidos pela Prefeitura Municipal de Castanhal.

12.9. Utilizar materiais, insumos, equipamentos, veículos e ferramentas adequados à execução da pavimentação, substituindo, por exigência da fiscalização, aqueles que não atendam às especificações técnicas, às normas aplicáveis ou que possam comprometer a qualidade, segurança e durabilidade dos serviços.

12.10. Assumir plena responsabilidade legal, administrativa, civil e técnica pela qualidade dos serviços executados, respondendo por vícios, defeitos, falhas construtivas, desagregações, fissuras, afundamentos, deformações prematuras, falhas de compactação, irregularidades em meio-fio, sarjeta, pintura ou sinalização, observados os prazos legais e contratuais aplicáveis.

12.11. Providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da emissão da ordem de serviço, a Anotação de Responsabilidade Técnica — ART junto ao CREA/PA, bem como apresentar cópia do respectivo comprovante à Administração, além de providenciar os demais registros obrigatórios relacionados à obra, quando cabíveis.

12.12. Elaborar e manter a documentação trabalhista, previdenciária, fiscal e de segurança do trabalho relativa aos empregados vinculados à execução do contrato, incluindo folha de pagamento, guias de recolhimento, encargos sociais e demais comprovantes exigidos pela legislação.

12.13. Apresentar à Prefeitura Municipal de Castanhal, juntamente com a nota fiscal de cada medição, a documentação exigida para fins de pagamento, incluindo prova de regularidade fiscal e trabalhista perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, CNDT, FGTS, bem como demais documentos previstos no Termo de Referência e no contrato.

12.14. Refazer, corrigir, recompor, remover ou substituir, às suas expensas, os serviços executados com erros, vícios, defeitos, falhas de execução ou em desacordo com o projeto, planilha, especificações técnicas, normas aplicáveis ou determinações da fiscalização.

12.15. Arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, administrativos, acidentários, ambientais e civis decorrentes da execução dos serviços, inclusive em caso de rescisão contratual.

12.16. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração Pública, a terceiros, a concessionárias, a bens públicos ou privados, em decorrência de ação, omissão, culpa ou dolo de seus empregados, prepostos, subcontratados ou representantes durante a execução dos serviços.

12.17. Arcar com despesas decorrentes de infrações, multas, autuações, embargos, danos ambientais, danos ao patrimônio público ou privado, ou quaisquer irregularidades praticadas por seus empregados, prepostos ou fornecedores no curso da execução contratual.

12.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência formal, ou em outro prazo definido pela fiscalização, conforme a complexidade do serviço.

12.19. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização provisória necessária à execução da obra, garantindo a segurança de trabalhadores, pedestres, ciclistas, motoristas, moradores e demais usuários das vias, bem como a adequada orientação do tráfego durante a execução dos serviços.

12.20. Manter os locais de execução devidamente organizados, sinalizados e seguros, adotando medidas para minimizar transtornos à circulação, preservar acessos de moradores, garantir a segurança da população e evitar acidentes durante a execução da pavimentação.

12.21. Remover entulhos, resíduos, sobras de materiais, embalagens, materiais inutilizados e instalações provisórias, promovendo a limpeza contínua das frentes de serviço e, ao final, a entrega dos locais em condições adequadas de uso, com destinação dos resíduos em conformidade com a legislação aplicável.

12.22. Responsabilizar-se pela implantação, operação, manutenção, segurança, guarda e organização do canteiro de obras, áreas de apoio, equipamentos, veículos, materiais, ferramentas e demais estruturas provisórias necessárias à execução dos serviços.

12.23. Providenciar, quando exigido, a elaboração e implementação do Plano de Atendimento à Emergência — PAE, bem como demais planos de segurança, controle ambiental, trânsito e execução necessários à adequada condução da obra.

12.24. Submeter à fiscalização, sempre que solicitado, amostras, especificações, notas técnicas, certificados, laudos, ensaios ou comprovações de qualidade dos materiais a serem empregados, especialmente massa asfáltica, emulsões, agregados, concreto para meio-fio e sarjeta, tintas e materiais de sinalização horizontal.

12.25. Apresentar, antes do início da execução dos serviços ou sempre que solicitado pela fiscalização, a comprovação da regularidade ambiental referente ao local de fornecimento e/ou produção da massa asfáltica, bem como das jazidas, pedreiras, áreas de extração, áreas de empréstimo e demais fontes de matéria-prima utilizadas na obra, incluindo a regularidade ambiental da usina fornecedora de concreto asfáltico, quando aplicável.

12.26. Manter no local da obra, ou em local acessível à fiscalização, conjunto atualizado dos projetos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, ordens de serviço, ART, diário de obra, relatórios e demais documentos necessários ao acompanhamento da execução.

12.27. Solicitar previamente e por escrito à Contratante qualquer alteração na execução dos serviços, inclusive quanto a métodos executivos, materiais, quantitativos, trechos, soluções técnicas ou etapas de execução, ficando vedada a realização de modificações sem autorização formal da fiscalização e do gestor do contrato.

12.28. Garantir que a execução da imprimação, aplicação do concreto asfáltico, espalhamento, nivelamento, compactação, execução de meio-fio e sarjeta, pintura de meio-fio e sinalização horizontal observe as especificações técnicas, condições climáticas adequadas, controle de temperatura, equipamentos apropriados e boas práticas de engenharia.

12.29. Disponibilizar equipamentos compatíveis com os serviços de pavimentação, tais como caminhões, compactadores, acabadoras, rolos, equipamentos de apoio, ferramentas e demais maquinários necessários, mantendo-os em condições adequadas de operação, segurança e produtividade.

12.30. Fornecer e instalar os Equipamentos de Proteção Coletiva — EPC necessários à segurança das frentes de serviço, conforme as normas regulamentadoras aplicáveis e as características de cada etapa da obra.

12.31. Fornecer aos trabalhadores os Equipamentos de Proteção Individual — EPI necessários e adequados ao desenvolvimento de cada atividade, especialmente nos serviços de transporte, aplicação de massa asfáltica, compactação, execução de concreto, pintura, sinalização e operação de equipamentos, em conformidade com as normas de segurança do trabalho.

12.32. Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho aplicáveis à construção civil, especialmente NR-06, NR-07, NR-09, NR-12, NR-18 e demais normas pertinentes, providenciando exames médicos, programas de prevenção, treinamentos e medidas de proteção necessárias.

12.33. Manter os empregados devidamente uniformizados, identificados, orientados e equipados, garantindo condições adequadas de higiene, segurança, disciplina e organização durante toda a execução contratual.

12.34. Atender às exigências ambientais aplicáveis à obra, adotando medidas de controle de poeira, ruídos, resíduos, transporte de materiais, proteção de áreas públicas, prevenção de contaminação e destinação adequada dos resíduos gerados.

12.35. Entregar os serviços concluídos em perfeitas condições de uso, com pavimento executado, meio-fio e sarjeta implantados, pintura de meio-fio realizada e sinalização horizontal concluída, observadas as especificações do projeto, da planilha orçamentária e as determinações da fiscalização.

12.36. Apresentar, quando aplicável, documentação final da obra, incluindo relatórios de execução, registros fotográficos, laudos de controle tecnológico, diário de obra, ART de execução, termos de garantia, documentação ambiental e demais documentos exigidos para o recebimento provisório e definitivo.

12.37. Arcar com todas as despesas referentes ao consumo de água, energia, combustíveis, vigilância, manutenção de canteiro, transporte, alimentação, hospedagem, equipamentos, materiais e

demaís custos necessários à execução dos serviços até o recebimento definitivo da obra, salvo previsão expressa em contrário.

12.38. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências estabelecidas na licitação e no contrato.

12.39. A contratada deverá apresentar, antes do início da execução dos serviços ou sempre que solicitado pela fiscalização, a comprovação da regularidade ambiental referente ao local de fornecimento e/ou produção da massa asfáltica, bem como das jazidas, pedreiras, áreas de extração, áreas de empréstimo e demais fontes de matéria-prima utilizadas na obra. Considerando que o objeto contempla serviços de pavimentação asfáltica, caberá à empresa vencedora da licitação comprovar a regularidade ambiental da usina fornecedora de concreto asfáltico, dos materiais empregados e de todos os insumos necessários à execução do objeto, mediante apresentação das licenças, autorizações ou documentos exigíveis pelos órgãos ambientais competentes, ficando vedada a utilização de materiais de origem irregular.

12.40. A contratada deverá apresentar, antes do início da execução da camada asfáltica e/ou sempre que solicitado pela fiscalização, a curva granulométrica do projeto de dosagem da mistura asfáltica, acompanhada da respectiva faixa de trabalho, elaborada com base nas tolerâncias previstas na Tabela 3 da Norma DNIT 031/2024-ES, que trata da tolerância da curva granulométrica para a produção do concreto asfáltico. A documentação deverá demonstrar que os percentuais passantes em cada peneira estão compatíveis com a faixa granulométrica escolhida e que os limites da faixa de trabalho não extrapolam os parâmetros normativos, devendo a contratada promover os ajustes necessários caso sejam identificadas inconformidades pela fiscalização.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, ou inadimplemento das obrigações assumidas nos termos do contrato, além das medidas e penalidades previstas em Lei e no instrumento de contrato, ficará sujeita a empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a.** Advertência;
- b.** 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de rescisão administrativa por ato de sua responsabilidade;
- c.** 0,01% (um centésimo por cento) do valor do contrato por dia corrido de atraso não justificado no prazo de sua conclusão ou em caso de justificativa não aceita pela administração;
 - c.1.** A multa prevista no subitem anterior será descontada dos pagamentos mensais devidos à empresa vencedora, calculada com base no valor da contratação do Lote;
 - c.2.** 0,01% (um centésimo por cento) do valor contrato do Lote por dia corrido de atraso não justificado, no prazo da conclusão dos serviços de reparos solicitados pela Comissão de Recebimento da Obra ou em caso de justificativa não aceita pela administração;
 - c.3.** O prazo para conclusão dos serviços de reparos solicitados será contado a partir da data do recebimento do ofício emitido pela Comissão de Recebimento da Obra.
- d.** Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos, bem como aplicação de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total do fornecimento, no caso de recusa em assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho;
- e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição prevista no item anterior, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.2. A caução efetuada responderá por todas as multas impostas à empresa vencedora. Se a mesma for insuficiente, terá a empresa vencedora 48 (quarenta e oito) horas para complementar o valor das multas;

13.3. As multas serão calculadas tendo por base o valor do contrato e de seus ajustes;

13.4. Se o licitante fornecedor não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada, com amparo na letra “a” do item anterior, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, a respectiva importância será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, até o limite de 30% (trinta por cento).

14. DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1. A Prefeitura Municipal De Castanhal poderá rescindir o Contrato, independente de protesto ou interpelação judicial ou extrajudicial, de acordo com o Art. 137 da Lei 14.133/2021 se a Contratada:

- a. Descumprir ou cumprir irregularmente normas editalícias ou cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b. Não atender determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c. Tiver decretada sua falência ou insolvência civil, dissolução de sociedade ou falecimento do contratado;
- d. Promover a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja a capacidade de concluir o contrato.

15. ANEXOS

15.1. ANEXO I - MODELO – DECLARAÇÃO CUMP. INC. XXXIII, ART. 7º, CF C/C INC. VI, ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

15.2. ANEXO II – MODELO – DECLARAÇÃO CUMP. INC. IV, ART. 63 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021;

15.3. ANEXO III – MODELO – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA;

15.4. ANEXO IV – MODELO – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP;

15.5. ANEXO V – MODELO - DECLARAÇÃO DE CIENCIA DA EMPRESA COM INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO;

15.6. ANEXO VI – MODELO – DECLARAÇÃO CUMP. DO § 1º DO ART. 63 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

15.7 – ANEXO VII – MODELO - DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO ART. 67, INCISO VI DA LEI 14.133/2021.

15.8 – ANEXO VIII – MODELO – DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO ART. 63, INCISO I DA LEI FEDERAL 14.133/2021.

15.9 - ANEXO IX MODELO - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO;

15.10 – ANEXO X MODELO - DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AO ART. 14, INCISO IV, DA LEI FEDERAL 14.133/2021

15.11 – ANEXO XI MODELO – RELAÇÃO E COMPROMISSOS

15.12 - ANEXO XII MODELO – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

15.13 – ANEXO XIII MODELO – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE USINA OU FORNECIMENTO REGULAR DE MASSA ASFÁLTICA

15.14 – DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE LABORATÓRIO PARA CONTROLE TECNOLÓGICO

15.15 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE LABORATÓRIO DE CONTROLE TECNOLÓGICO

Castanhhal/PA, 10 de junho de 2026.

Alana Souza Pereira Ribeiro
Engenheira Civil
CREA nº 1521051003/PA

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INC. XXXIII, DO ART. 7º DA CF C/C ART. 68, INC. VI DA LEI Nº 14.133/2021.

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica Nº _____/2026**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2026**, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, combinado ao inciso VI do artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data,_____/_____/_____

Nome Completo e Assinatura do representante legal

NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INC. IV, DO ART. 63 DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica Nº _____/2026**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2026**, em cumprimento ao inciso IV do Art. 63, da Lei 14.133/21, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data, _____/_____/_____

Nome Completo e Assinatura do representante legal

NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

À

Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica** Nº _____/2026

Declaramos que as demonstrações anexadas na Concorrência Eletrônica nº/2026, conforme índice abaixo correspondem à real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar as demonstrações financeiras que comprovarão o índice do quadro abaixo:

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice – Fórmula	Valor em Reais	Índice
LC = AC / PC		
LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)		
SG = AT / (PC + ELP)		

AC = Ativo Circulante

LC = Liquidez Corrente

PC = Passivo Circulante

LG = Liquidez Geral

RLP = Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

GE = Grau de Endividamento

AT = Ativo Total

Obs: A empresa Licitante que apresentar Liquidez Corrente menor de 1,0 (um vírgula zero) e Liquidez Geral menor que 1,0(um vírgula zero) e Solvência Geral menor que 1,0(um vírgula zero), será inabilitada.

Os índices deverão ser apresentados com no máximo 2(duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

_____, em ____ de _____ de 2026.

Representante Legal
(assinatura do representante legal)

Contador
(CRC nº e assinatura)

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante, somente para empresas que apresentarem balanço na forma sped caso não tenha outro modelo.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

À

Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica nº _____/2026**

A [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, e do seu contador, o(a) Sr(a). [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____,

DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa é considerada:

- () Microempresa (ME), conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
() Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda, para os devidos fins:

1. Que não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
2. Que a receita bruta auferida no último ano-calendário foi compatível com os limites legais de enquadramento;
3. Que, no ano-calendário da realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para EPP (R\$ 4.800.000,00);
4. Que está ciente de que a falsidade desta declaração sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente, inclusive na Lei de Licitações, sem prejuízo das penalidades civis e criminais aplicáveis.

[Local], [data]

Nome do Representante Legal

CPF nº _____

Nome do Contador

CPF nº _____

OBS.:

- 1) Assinalar com um “X” a condição da empresa (ME ou EPP).
- 2) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado da empresa licitante.
- 3) A apresentação é obrigatória apenas para empresas que se enquadrem como ME ou EPP e que desejem se beneficiar do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE CIENCIA DA EMPRESA
INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO**

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica Nº** _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador da carteira de identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, **DECLARA** que recebeu todos os documentos necessários ao esclarecimento de nossa participação no certame. Estamos cientes e temos conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações desta licitação, cumprimos com o método e prazo de entrega dos serviços (de acordo com as ordens de serviços emitidas na época da solicitação).

Indicamos, para os fins do inciso III do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, as instalações, o aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para realização do objeto da licitação, como sendo:

RELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS E PESSOAL TÉCNICO.

INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	
LOCALIZAÇÃO	ÁREA PRETENTIDA

PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS	
TIPO	QUANTIDADE

PESSOAL TÉCNICO – EQUIPE PRINCIPAL		
ESPECIALIDADE	QUANT.	

_____/PA, xxx de xxxx de 2026.

Nome Completo e Assinatura do
representante legal
NOME DA EMPRESA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO § 1º DO ART. 63, DA LEI FEDERAL 14.133/2021

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica N°** _____

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°/2026**, em cumprimento ao § 1º do Art. 63, da Lei 14.133/21, que cumpre as exigências de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data,_____/_____/_____

Nome Completo e Assinatura do representante legal

NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO VI DO ART. 67, DA LEI FEDERAL 14.133/2021

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhall/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica Nº** _____

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade de **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2026**, em cumprimento ao inciso VI do Art. 67, da Lei 14.133/21, de que a empresa tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data, _____/_____/_____

Nome Completo e Assinatura do representante legal

NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO I DO ART. 63 DA LEI FEDERAL 14.133/2021

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2026

A (nome da empresa) _____, CNPJ n.º _____, com sede à _____, neste ato representada pelo (s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) _____, interessado em participar da licitação em epígrafe com processo administrativo n.º _____, que visa a Concorrência Eletrônica n.º/2025, para _____ (objeto)

.....
....., **DECLARO**, sob pena da Lei, que a empresa atende os requisitos de habilitação e veracidade dos documentos apresentados.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data, ____/____/____

Nome Completo e Assinatura do representante legal

NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO § 3º DO ART. 63, DA LEI FEDERAL 14.133/2021

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica Nº** _____

A (nome da empresa)_____, CNPJ n.º_____, com sede à_____,
neste ato representada pelo seu Responsável Técnico, (RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e
endereço)_____, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades da
contratação.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data,_____/_____/_____

Nome Completo e Assinatura do Responsável Técnico

NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO IV DO ART. 14, DA LEI FEDERAL 14.133/2021

À
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Castanhal/PA

Referência: **Concorrência Eletrônica Nº** _____

A empresa _____, inscrita no CNPJ:
_____, por intermédio de seu representante legal o Sr. _____, portador da carteira
de identidade nº _____ e inscrito no CPF Nº _____, **DECLARA** para os
devidos fins que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes
públicos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, bem como não possuir
proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por
afinidade, até o terceiro grau reta e colateral, e por afinidade, até o segundo grau, de agente
público do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

_____/PA, de de 2026.

Nome Completo e Assinatura do representante legal

NOME DA EMPRESA

Obs: papel timbrado da empresa

ANEXO XI

MODELO - RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N°...../2026

A Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, estabelecida em _____, DECLARA, para fins do disposto no ART 67 § 8º da Lei Federal 14.133/2021, possuir os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

ART 67 § 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

NÚMERO DO CONTRATO	ORGÃO/EMPRESA	CNPJ	VIGÊNCIA	RESPONSÁVEL TÉCNICO DA OBRA – N°CREA

OBSERVAÇÕES: _____

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Data, / /

Nome Completo e Assinatura do representante legal
CPF E RG
NOME DA EMPRESA

Obs.: O documento deverá ser em papel timbrado do licitante.

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Qualificação Econômico-Financeira

Processo Administrativo nº: XXX/202X

Pregão/Concorrência nº: XXX/202X

Objeto: [descrever o objeto da contratação]

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE]**, inscrita no CNPJ sob o nº **xx.xxx.xxx/xxxx-xx**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr.(a) **[nome completo]**, portador(a) do CPF nº **xxx.xxx.xxx-xx** e RG nº **xxxxxx-x**, para fins de atendimento às exigências de qualificação econômico-financeira previstas no edital e no Termo de Referência, especialmente quanto ao disposto no art. 69, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARA, sob as penas da lei, que possui os seguintes compromissos contratuais em execução:

1. Relação de compromissos assumidos

Nº	Objeto do contrato	Órgão/empresa contratante	Valor total contratado	Saldo contratual a executar	Prazo de vigência	Percentual executado	Responsável técnico
1			R\$	R\$		x%	
2			R\$	R\$		x%	
3			R\$	R\$		x%	
4			R\$	R\$		x%	

Valor total dos contratos em execução — CEC: R\$ [●]

Declara, ainda, que os valores informados correspondem aos contratos em execução firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, excluídas as parcelas já executadas, conforme permitido pelo art. 69, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Demonstração do Índice de Comprometimento Financeiro — ICF

Para fins de avaliação da capacidade econômico-financeira, a licitante apresenta o seguinte demonstrativo:

$$\text{ICF} = (\text{CEC} + \text{VNC}) / \text{PL}$$

Onde:

- ICF = Índice de Comprometimento Financeiro;
- CEC = Valor dos contratos em execução;
- VNC = Valor do novo contrato;
- PL = Patrimônio líquido da empresa.

Assim:

CEC: R\$

VNC: R\$

PL: R\$

$$\text{ICF} = ([\text{CEC}] + [\text{VNC}]) / [\text{PL}]$$

ICF apurado:

A licitante declara que o índice apurado atende ao limite de aceitabilidade estabelecido no edital, qual seja:

$$\text{ICF} \leq 1,5$$

ou outro limite eventualmente definido pela Administração no instrumento convocatório.

3. Declarações complementares

A licitante declara, sob as penas da lei, que:

- a) as informações constantes nesta declaração são verdadeiras e refletem a situação atual dos compromissos contratuais assumidos pela empresa;
- b) os contratos relacionados correspondem aos compromissos em execução que possam importar em diminuição de sua capacidade econômico-financeira;
- c) foram excluídas da apuração as parcelas já executadas dos contratos firmados;
- d) possui capacidade econômico-financeira suficiente para executar o objeto da presente licitação, sem prejuízo da qualidade, continuidade, regularidade e tempestividade da execução contratual;
- e) está ciente de que a Administração poderá realizar diligências para comprovação das informações declaradas, inclusive mediante solicitação de contratos, medições, notas fiscais, atestados, balanços, demonstrativos contábeis ou outros documentos pertinentes;
- f) está ciente de que a apresentação de declaração falsa ou informação inexata poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, inclusive as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

[Município/UF], [data].

[Nome do representante legal]

Cargo: xxx CPF: xxx

Razão social da empresa: xxx

CNPJ: xxx

[Nome do contador, se exigido]

CRC: xxx CPF: xxx

[Nome do responsável técnico, se aplicável]

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE USINA OU FORNECIMENTO REGULAR DE MASSA ASFÁLTICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins de participação no procedimento licitatório cujo objeto é a _____, que disporá, quando do início da execução contratual, de usina própria ou de fornecimento regular de concreto asfáltico usinado a quente — CBUQ/CAUQ, por terceiro, com capacidade compatível com os quantitativos, prazos, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro da obra.

Declara, ainda, que a massa asfáltica será produzida e/ou fornecida em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente a Norma DNIT 031/2024-ES, bem como com as exigências previstas no projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo.

Compromete-se a apresentar à Administração Municipal, antes do início da execução dos serviços ou sempre que solicitado pela fiscalização, os documentos comprobatórios referentes à usina fornecedora ou ao fornecimento da massa asfáltica, incluindo licenças, autorizações, contratos, compromissos de fornecimento, certificados, laudos e demais documentos técnicos exigíveis.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

Empresa: _____

CNPJ: _____

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE LABORATÓRIO PARA CONTROLE TECNOLÓGICO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação no procedimento licitatório cujo objeto é a _____, que disponibilizará, quando do início da execução contratual, laboratório próprio, contratado ou conveniado, devidamente apto à realização dos ensaios de controle tecnológico necessários à verificação da conformidade dos materiais, da produção, do transporte, da aplicação e da compactação da mistura asfáltica.

Declara que o laboratório disponibilizado possuirá condições técnicas, equipamentos, procedimentos e pessoal qualificado para realizar, quando aplicável, os ensaios e verificações relacionados ao cimento asfáltico de petróleo — CAP, agregados graúdos e miúdos, material de enchimento/fíler, mistura asfáltica usinada a quente, teor de ligante, granulometria, parâmetros volumétricos, temperatura de usinagem e aplicação, resistência à tração, estabilidade, densidade, grau de compactação, aderência, umidade, textura superficial e demais controles previstos no projeto, no memorial descritivo, na planilha orçamentária e nas normas técnicas aplicáveis.

A empresa declara, ainda, que o controle tecnológico será realizado em conformidade com as especificações técnicas pertinentes, especialmente a Norma DNIT 031/2024-ES, bem como demais normas de ensaio e procedimentos aplicáveis à execução de concreto asfáltico usinado a quente, imprimação, pintura de ligação, transporte, espalhamento, acabamento e compactação da camada asfáltica.

Compromete-se a apresentar à fiscalização municipal, sempre que solicitado, os relatórios técnicos, boletins de ensaio, laudos laboratoriais, registros de temperatura, certificados dos materiais, resultados de controle de produção e aplicação, bem como demais documentos necessários à comprovação da qualidade, rastreabilidade e conformidade dos serviços executados.

Declara, por fim, que a disponibilização do laboratório e a realização dos ensaios de controle tecnológico ocorrerão sem ônus adicional ao Município de Castanhal/PA, sendo de inteira responsabilidade da contratada garantir a confiabilidade dos resultados, a rastreabilidade das amostras, a adequada identificação dos materiais ensaiados e a correção de eventuais não conformidades apontadas pela fiscalização.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____

Empresa: _____
CNPJ: _____

ANEXO XV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE LABORATÓRIO DE CONTROLE TECNOLÓGICO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins de participação no procedimento licitatório cujo objeto é a _____, que disponibilizará, quando do início da execução contratual, laboratório próprio, contratado ou conveniado, apto à realização dos ensaios de controle tecnológico necessários à execução dos serviços de pavimentação asfáltica.

Declara, ainda, que o controle tecnológico abrangerá, quando aplicável, ensaios relacionados ao cimento asfáltico de petróleo — CAP, agregados, mistura asfáltica, teor de ligante, granulometria, temperatura, compactação, densidade, estabilidade, resistência, aderência e demais verificações exigidas pelas normas técnicas aplicáveis, especialmente a Norma DNIT 031/2024-ES, pelo projeto, memorial descritivo, planilha orçamentária, Termo de Referência e pela fiscalização da Administração.

Compromete-se a apresentar à Administração Municipal, antes do início da execução dos serviços ou sempre que solicitado pela fiscalização, os documentos comprobatórios referentes ao laboratório responsável pelo controle tecnológico, incluindo identificação do laboratório, vínculo contratual ou declaração de disponibilidade, laudos, ensaios, relatórios técnicos, certificados e demais documentos exigíveis.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Local e data: _____

Assinatura do representante legal

Nome: _____
CPF: _____
Cargo/Função: _____
Empresa: _____
CNPJ: _____